



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO
FEDERAL

Conselho Tutelar do Lago Norte

Ofício Nº 112/2023 - SEJUS/CTLN

Brasília-DF, 12 de abril de 2023.

À ilustre Procuradora Luciana Loureiro Oliveira, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC/PRDF/MPF

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 1381/2023 – PRDC/PRDF/MPF** - Atuação da Conselho Tutelar do Lago Norte/SEJUS na proteção dos direitos da criança e dos adolescentes que estavam sob a tutela da Polícia Federal após os atos ocorridos em 08/01/2023.

Referência: Notícia de Fato nº 1.16.000.000706/2023-51.

Em atenção ao ao Ofício nº 1381/2023 – PRDC/PRDF/MPF, contido na Notícia de Fato nº 1.16.000.000706/2023-51, em trâmite na ilustre Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/PRDF/MPF, que contém pedido de providências contra pais/responsáveis por crianças que foram encontradas nas manifestações violentas de 08 de janeiro de 2023 ou em acampamentos "bolsonaristas" (QGs etc), em situação de escudo humano ou similares, prestamos as seguintes informações.

SÍNTESE DOS FATOS

Esclarecemos que o Conselho Tutelar do Lago Norte foi acionado em 09 de janeiro de 2023, pelos membros da Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares – COORACT. Foi solicitado ao órgão tutelar o deslocamento imediato de agentes públicos para a Academia da Polícia Federal, no sentido de que fosse realizada a averiguação da situação das crianças e adolescentes que se encontravam detidos para elucidação dos fatos ocorridos nas manifestações realizadas na Esplanada dos Ministérios em 08/01/2023. Na ocasião também deveríamos aferir as necessidade e identificar se os infante e jovens se encontravam com direitos ameaçados ou violados. Os Conselheiros Alexander Souza Procópio (matrícula. 234.771-7) e Antônia Aquino Sinzato (matrícula. 234.850-0) fomos designados para tal missão.

Chegamos ao local às 16:37 e nossa entrada apenas ocorreu às 17:56, devido ao intenso volume de advogados, agentes de inúmeras forças, representantes de órgãos federais e distritais e ônibus apreendidos. Nos apresentamos ao Delegado Cleo Mazzoti, um dos coordenadores da operação, que designou um agente de polícia para nos franquear amplo acesso as instalações e nos auxiliar no que fosse preciso.

Inicialmente solicitaram nossa ajuda para solucionar a situação de duas menores que se encontravam sem a assistência de adultos no local. Assim que visualizamos as meninas conseguimos perceber que a coordenação da Polícia Federal já estava adotando medidas voltadas a proteção. As jovens desacompanhadas se encontravam em uma sala separada dos demais manifestantes, sob a tutela de agentes femininas aguardando a chegada do Conselho Tutelar. No momento em que chegamos na sala as jovens estavam tranquilas, se alimentando, detinham seus pertences e estavam se comunicando com parentes.

A mãe de uma delas não estava nas manifestações e conferiu poderes específicos a uma advogada para cuidar e retirar a menina das dependências policiais. A jovem M.R.F.S. aduziu que sua mãe não tinha ciência de que a filha teria ido até a Esplanada para ver as manifestações e foi surpreendida com a notícia da menina ter sido detida. Assim que descobriu o fato constituiu um representante legal para retirar a filha dessa situação.

A outra adolescente era de Pouso Alegre-MG, A.L. da S.M.M. estava na companhia de seu Tio, pessoa que supostamente detinha sua guarda. Seu responsável estava detido para averiguação e estava sem comunicação com a adolescente. Enquanto não conseguia informações de seu paradeiro estávamos acordando com os policiais a liberação da jovem para uma unidade de acolhimento emergencial, dada a excepcionalidade apresentada.

O Conselheiro Alexander foi chamado à sala de coordenação e o Delegado coordenador informou que a Polícia Federal recebeu uma determinação do Ministro Alexandre de Moraes, no sentido de efetivar a liberação das crianças e adolescente que se encontravam na localidade, acompanhados ou não de seus responsáveis, com o devido apoio e supervisão dos órgãos de infância. Assim, rapidamente o tio da menina foi localizado, procedeu-se a verificação da sua documentação de guarda, comunicação com os demais familiares e se iniciaram os procedimentos de liberação das jovens, mediante o fornecimento de Termo de Entrega pelas autoridades policiais.

Após sanar o caso das adolescentes desacompanhadas, focamos toda atenção na vistoria das instalações e na garantia dos direitos dos demais jovens e infantes que estavam sob os cuidados de seus responsáveis, aguardando no ginásio da instituição e ao longo de seus extensos gramados.

Entre 18:30 e 23:30 realizamos várias incursões no meio das pessoas detidas, no intuito de localizar as famílias que estavam com crianças. No início muitos resistiam em fornecer informações com medo de que o Conselho Tutelar fosse retirar as crianças do convívio dos pais. Efetuamos um trabalho de instrução e sensibilização quanto ao trabalho e atuação do órgão tutelar, bem como aduzimos que estávamos ali para proteger o direitos das crianças e adolescentes que estavam na localidade. Existiam no local várias pessoas simples e com pouca instrução.

Ao longo do período conseguimos separar as famílias para receberem o atendimento prioritário, foram encontradas e atendidas aproximadamente de dez a quinze crianças e adolescentes. As famílias recolhiam seus pertences e acompanhavam o agente Márcio e o Conselheiro Alexander, inicialmente passavam por revista em seus pertences e por busca pessoal na primeira sala (todo procedimento de revista era acompanhado pelo Conselheiro), em um segundo momento as famílias seguiam para a sala de identificação. Em um terceiro momento eram atendidas por vários outros delegados que também foram colocados a disposição. Em um quarto momento seus responsáveis recebiam e assinavam termos circunstanciados ou notas de culpa. Ao final eram liberados e seguiam para os ônibus disponibilizados. Os manifestantes eram conduzidos à Rodoviária Interestadual de Brasília, para retorno as suas cidades de origem.

Esclarecemos que a Polícia Federal designou um posto de trabalho específico para promover o célere atendimento das crianças e adolescentes que fossem encontrados e de seus familiares. A Delegada Mylena Lecy Martins da Costa ficou responsável pelo atendimento dessas famílias, em suporte ao Conselho Tutelar. Assim, garantiram o direito à prioridade previsto na legislação. Todavia, em razão do grande número de atendimentos a serem realizados, a Polícia Federal montou uma força tarefa para agilizar todas as liberações. A partir desse momento as famílias eram direcionadas a diferentes salas e eram liberadas após identificação interna, sem que conseguíssemos acompanhar as liberações ou colher dados dos detidos. Infelizmente a situação excepcional exigia tal celeridade, pois os demais detidos começaram a ficar exaltados, hostilizando até mesmo as forças de segurança e os bombeiros. Inúmeras notícias de pessoas passando mal e até mesmo de supostas mortes circulavam no local, fatos que somados a falta de informação, acirravam ainda mais os ânimos dos manifestantes.

Ressalte-se, que eles foram atendidos antes mesmo dos idosos com mais de 80 anos, das pessoas com comorbidades e demais idosos que estavam no local.

Diante da informação de que algumas famílias estariam escondendo suas crianças por medo, realizamos várias buscas ativas com escolta dos agentes, até não houvesse mais crianças e jovens

no local. Tal fato depois foi também verificado pela Comissão de Prerrogativas da OAB que esteve por duas no local. Ao cair da noite, após todos os infantes e jovens já terem sido atendidos, realizamos uma nova inspeção com Diplomatas Civis Humanitários da JETHRO Internacional.

Nenhuma nova criança ou adolescente foi encontrada após as 23:30, hora que deixamos o local. Repassei o telefone do plantão ao Delegado Victor Negraes, para contato imediato na madrugada caso os agentes viessem a encontrar jovens e infantes. No dia 10 de janeiro de 2023 ainda circulavam informações falsas de que haviam crianças no local, todavia, tais informações eram inverídicas. Realizamos contato ao longo de toda manhã com os agentes Márcio e Álvaro, que negaram veementemente a informação. Foram realizadas mais 4 buscas ativas nas redondezas onde os detidos se encontravam e não foi localizado qualquer menor no local.

Não foram constatadas violações de direitos dos menores. Na medida do possível o Poder Público conseguiu prestar o atendimento devido, com celeridade e proteção, mesmo diante da situação excepcional apresentada. Assim, não se mostrou necessária a adoção de medida judicial ao caso. Todavia, por prudência, foi dada ciência à 1ª Vara de Infância e da Juventude do Distrito Federal/TJDFT e Promotoria Cível de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do Distrito Federal, com envio do relatório em anexo.

RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS EFETUADOS NO OFÍCIO nº 1381/2023 – PRDC/PRDF/MPF.

"a) se foram identificados pais, mães ou outros responsáveis por crianças/adolescentes que estiveram detidos na Academia Nacional de Polícia em Brasília (pelos atos de 08 de janeiro/2023);"

Durante o período em que estivemos na sede da Polícia Federal apenas conseguimos os dados de duas menores que se encontravam no local sem a companhia de seus responsáveis, as jovens M.R.F.S. e A.L. da S.M.M.

As demais crianças e adolescentes foram identificados pelos Policiais Federais e encaminhados aos ônibus sem que conseguíssemos colher tais dados, pelos motivos expostos acima, a citar: necessidade de celeridade, acirramento dos ânimos, hostilizações, segurança das pessoas e dos servidores do local, insuficiência de Conselheiros no local, situação atípica e caótica encontrada, necessidade de se realizar inúmeros procedimentos distintos ao mesmo tempo para resguardar direitos dos envolvidos, evitar riscos e violações, tais como, fiscalizar procedimentos, tratamento, revistas, verificar instalações, intermediar o contato com os familiares dos envolvidos, proceder orientações aos agentes e detidos, realizar buscas ativas no Complexo da Academia de Polícia Federal e atender os demais órgãos de fiscalização que demandavam informações e acompanhamento.

"b) se foram identificados pais, mães ou outros responsáveis por crianças/adolescentes que tenham estado no acampamento próximo ao QG do Exército em Brasília, na mesma data ou em período anterior;"

As adolescentes identificadas por este Conselho negaram a participação nos atos de depredação (a identificação encontra-se contida no relatório em anexo).

A jovem M.R.F.S. foi para a manifestação sem o conhecimento de sua genitora.

A.L. da S.M.M. disse que sequer desceu para a Esplanada dos Ministérios, que veio para Brasília com seu guardião para conhecer a cidade, que permaneceu acampada com o responsável por alguns dias em companhia de alguns amigos do adulto. Informou que pediram para desmontar o acampamento no QG e colocaram todos dentro do ônibus para averiguação.

Os demais foram identificados diretamente pela Polícia Federal. Ao longo das buscas ativas realizadas e acompanhamento dos procedimentos iniciais conversamos com os responsáveis, alguns relatavam que foram detidos na estrada, que somente vieram para participar das manifestações, sem realizar pernoite em Brasília. Outros afirmavam terem acampado nas intermediações do Quartel General do Exército em Brasília. Grande parte relatou ter permanecido nas intermediações do QG com os filhos na hora das manifestações, com receio de eventual violência que pudesse ocorrer nos atos, pois disseram que perceberam que os ânimos estavam inflamados antes mesmo da manifestação se iniciar.

Ressalto que não chegou ao conhecimento deste órgão qualquer notícia ou informação vinda dos manifestantes, mídia ou dos agentes públicos de qualquer situação de uso de crianças ou adolescentes como escudo humano ou fatos similares. Diante da impossibilidade de se determinar, com o mínimo de certeza, eventual conduta ilícita praticada pelos detidos, nenhum tipo de punição foi emitida. Pautamos a ação no sentido de fiscalizar, remover qualquer risco ou ameaça aos direitos dos menores detidos e garantir direitos, diante da situação excepcional apresentada.

c) em caso positivo, quais medidas foram adotadas pelo Conselho Tutelar;

Como não era possível identificar com o mínimo de certeza a existência de eventual conduta ilícita praticada ou se os detidos participaram de fato da manifestação, somado ao fato de que todos negaram a participação, qualquer ato punitivo violaria os preceitos constitucionais existentes. Assim, durante o contato que tivemos com os responsáveis proferimos as orientações devidas, esclarecemos as consequências dos atos aos infantes e jovens, bem como aos seus responsáveis. Ofertamos auxílio e meios para que as famílias pudesse retornar aos seus municípios, porém, todos informaram que possuíam meios para retornar. Como a identificação era impossível, em razão dos problemas mencionados anteriormente, pedimos para que os familiares procurassem os Conselhos Tutelares das respectivas localidades, caso houvesse necessidade de amparo ou necessidade de reestabelecimento psicológico dos menores que apresentassem qualquer abalo diante das situações vivenciadas. Também ofertamos o fornecimento da tal serviço enquanto estivessem em Brasília, todavia, todos apresentavam serenidade e demonstraram inicialmente não precisar de tal acompanhamento especializado.

d) se tais casos foram levados ao conhecimento da Promotoria da Infância/Juventude de Brasília/DF e, neste caso, quais medidas foram propostas."

Em poucas horas após a atuação foi dada ciência aos seguintes órgãos:

- 1ª Vara de Infância e da Juventude do Distrito Federal/TJDFT;
- 6ª Promotoria Cível de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do Distrito Federal;
- Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente da OAB-DF;
- Casa Civil do Distrito Federal;
- Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS -DF;
- Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares – COORACT;

Não foram constatadas violações de direitos dos menores. Na medida do possível o Poder Público conseguiu prestar o atendimento devido, com celeridade e proteção, mesmo diante da situação excepcional apresentada. Assim, não se mostrou necessária a adoção de qualquer medidas judiciais ao caso, mas tão somente

as medidas já mencionadas: orientações, esclarecimento das implicações legais dos atos, sobre eventual responsabilização e oferta de amparo assistencial e psicológico.

Coloco-me à disposição para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos, se necessário.

Atenciosamente,

Conselheiro Alexander Souza Procópio

matr. 234.771-7

Conselho Tutelar do Lago Norte



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDER SOUZA PROCOPIO - Matr.0234771-7, Conselheiro(a) Tutelar - Secretário(a) Geral**, em 14/04/2023, às 14:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCA MARINETE DE MACEDO GONÇALVES - Matr.0241796-0, Conselheiro(a) Tutelar - Coordenador(a)**, em 14/04/2023, às 14:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA AQUINO SINZATO - Matr.0234850-0, Conselheiro(a) Tutelar**, em 14/04/2023, às 14:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL SOARES FRANCA - Matr.0245268-5, Conselheiro(a) Tutelar**, em 14/04/2023, às 14:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA MONTEIRO LUZ DENI ALMEIDA TOBU - Matr.0245204-9, Conselheiro(a) Tutelar**, em 14/04/2023, às 14:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **110295316** código CRC= **FD6165E5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SHI/N 7 NM, Edifício Arnaldo Sonda - Bairro Lago Norte - CEP 71540-010 - DF
3468-1789

Sítio: - www.sejus.df.gov.br